

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
Ata da 78ª Reunião Ordinária da CT-RN - 13/09/2017- 9-13 h.
FJPO / Mata de Santa Genebra – Campinas/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
ASSEMAE	Natália de Freitas Colesanti Perlette (S)
Associação Renovar	Rodrigo de Melo Nunes (S)
BRK Ambiental Limeira	Sthefany Kuhl (S)
CETESB	Antonio Carlos Bordignon Júnior (S)
CODEN	Rean Gustavo Sobrinho (T)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (S)
DAE Jundiá	Maria Carolina H. D. e Simões (T) Cláudia Debroy de Campos (S)
DAE Santa Bárbara D'Oeste	Mônica Tortelli (T)
DAEE	Arthur Pelegrin (S)
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira (T)
Fundação José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky (T)
Instituto de Zootecnia	João José A. de A. Demarchi (T)
P.M. de Campinas	Juliano Braga (T)
P.M. de Campo Limpo Paulista	Maria Karolina da Silva Tamberlini (T)
P.M. de Itatiba	Monica Del Nero (T)
P.M. de Limeira	Raquel Schmidt (T)
P.M. de Nova Odessa	Fernanda Dagrela (T)
P.M. de Salto	Carlos Henrique Russafa Miguel (S)
P.M. de Várzea Paulista	João José de Lima (T)
PUC Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (T) Simone Mendonça dos Santos (S)
SANASA	Natália de Freitas Colesanti Perlette (S)
SMA/CBRN	Natália Gomes Fernandes Branco (T)
UNICAMP / FEC	André Munhoz de Argollo Ferrão (T) Mariana Rodrigues Ribeiro dos Santos (S)
UNICAMP / FEA-LEE	Enrique Ortega (T) Ana Carolina C. Assis (S)

Membros com justificativa	
Entidade	
AESABESP	
CATI / SAA	
CDA / SAA	
Consórcio PIRAI	
INEVAT	
SAA – Secretaria de Agricultura	

Membros Ausentes	
Entidade	
CIESP Santa Bárbara D'Oeste	
CIS	
Geoblue	
IAC	
IPSA	
IPT	
P.M. de Analândia	
P.M. de Cordeirópolis	
P.M. de Itupeva	
P.M. de Jaguariúna	
P.M. de Joanópolis	
P.M. de Mairiporã	
P.M. de Sumaré	
P.M. de Vinhedo	
SABESP	
SMA / CBRN	

Convidados	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Kaique Duarte Barreto
BRK Ambiental Limeira	Regina Onésima Alves dos Santos
DAE de Jundiá	Carlos Eduardo Moraes Pereira
GAEMA Campinas	Dr. Rodrigo Sanches Garcia
	Dra. Flaviana Maluf
P.M. Campo Limpo Paulista	Carlos A. Linvin
P.M. de Hortolândia	Paulo José Mancuso Gustavo Cherubina
P.M. de Limeira	Gabriela A. Ribeiro
P.M. Várzea Paulista	Romulo Sanches
UNICAMP / GEO3	Luci Merhy N. Braga

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Pauta: A pauta, a ata e a convocação da reunião foram enviadas previamente aos membros da CT-RN por meio de mensagem eletrônica. **2. Abertura da 78ª Reunião Ordinária, Recepção e Coffee-break (item 1 da pauta):** A abertura da reunião foi realizada às 9:30 h pelo Sr. João José Demarchi (IZ/APTA/SAA), coordenador da CT-RN, que agradeceu a Fundação José Pedro de Oliveira / Mata de Santa Genebra pela cessão do espaço para realização desta reunião ordinária. O Sr. Sinval Dorigon, atual presidente da FPJO, deu as boas vindas a todos, destacando a importância desta unidade de conservação para a região, colocando a Mata de Santa Genebra a disposição das ações da CT-RN e demais

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 78ª Reunião Ordinária da CT-RN - 13/09/2017- 9-13 h.

FJPO / Mata de Santa Genebra – Campinas/SP

câmaras técnicas dos Comitês de Bacias PCJ. No ato de abertura e boas vindas também esteve presente o vice-prefeito de Campinas, Sr. Henrique Magalhães Teixeira, que também frisou a importância desta UC para Campinas e região. 3. **Secretaria – Informes Gerais (item 2 da pauta): Informe 1** – por determinação do Exmo. Sr. Dr. Ivan Carneiro Castanheira, promotor de justiça do GAEMA Piracicaba, encaminhada para ciência a Carta de Uberlândia elaborada durante o VI Workshop Internacional sobre Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Bacias ocorrido entre os dias 11 a 15 de julho de 2017, na cidade de Uberlândia (Inquérito Civil nº 14.1096.0000002/2014-9 – Enquadramento Hídrico); **Informe 2** – O Consimares convida para evento no dia 09 de outubro no IZ em Nova Odessa de Gestão de Resíduos para Cidades Inteligentes; **Informe 3** – Convite da CDA / SAA para o V Ciclo de Palestras sobre Manejo e Conservação do Solo e da Água na Bacia Hidrográfica Rio Preto, Ações e Propostas a ser realizado no dia 26 de setembro de 2017 no Planetário em São José do Rio Preto, SP. Informações com o membro da CT-RN Oswaldo J. Vischi Filho (CDA/SAA); **Informe 4** – Indicados pela Secretaria Executiva dos Comitês de Bacias PCJ para representar os Comitês no Conselho de Gestão da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo (RBVC), como titular e suplente, respectivamente, os coordenadores da CT-RN João José A. de A. Demarchi e da CT-ID Dr. Tadeu Fabrício Malheiros (Ofício Comitês PCJ nº 073/2017); **Informe 5** – Ofício Especial –GP de 30/08/2017 da Prefeitura Municipal e o Serviço de Água, Esgoto e Drenagem Urbana de Holambra (SAEHOL) da Estância Turística de Holambra, convidam para a Solenidade de Inauguração da primeira Estação Rural de Tratamento de Esgoto no Bairro Palmeiras no dia 02 de setembro, as 9:30 h na estrada vicinal HBR 210. 4. **Secretaria – Indicação de Novos Membros (item 2 da pauta):** Conforme Ofício sem numeração, de 05 de setembro de 2017, do Dr. Antônio José de Almeida Meirelles, Diretor da Faculdade de Engenharia de Alimentos da UNICAMP, foram indicados como membro representante titular desta instituição o Prof. Dr. Enrique Ortega e como suplentes a Dra. Ana Carolina Cunha Assis e a Engenheira Lígia Ferreira Azevedo. Através de Ofício PRES nº 122/2017 de 04/09/2017, do diretor presidente do DAE S/A Água e Esgoto, o senhor Carlos Eduardo Moraes Pereira foi indicado como membro suplente, mantendo como representante titular a Sra. Maria Carolina Hertel Dutra e Simões. Colocados para análise dos membros presentes, as indicações foram aceitas por unanimidade. 5. **Secretaria – Aprovação da minuta da ATA da 77ª Reunião Ordinária:** A minuta de ata colocada em votação foi aprovada por unanimidade, com apenas uma solicitação de correção da Sra. Gabriela A. Ribeiro, que é

servidora da P. M. de Limeira e não da P. M. de Nova Odessa. 6. **Palestra: Criação de Parques Fluviais – Profa. Dra. Luci Merhy N. Braga / Prof. André M. de Argolo Ferrão - UNICAMP: (item 3 da pauta):** O Prof. Argolo fez uma breve apresentação do LABORE – Laboratório de Engenharia de Empreendimentos do Instituto de Geociências da UNICAMP (GEO3) e do Grupo de Estudos sobre Ordenação Territorial, Resiliência e Sustentabilidade e a importância da Tese de Doutorado da Profa. Luci, especialmente em relação ao processo proposto. **Resumo (www.jundiaiagora.com.br):** A jundiaense Luci Merhy Martins Braga apresentou a tese ‘Sistemas hídrico e territorial integrados a partir do eixo do rio Jundiá’ na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp. A pesquisa mostra o zoneamento de áreas propícias para implantação de parques fluviais. **O que seriam parques fluviais no rio Jundiá?** Pode-se dizer que o conjunto composto pelo patrimônio ambiental e pelo patrimônio cultural, no sentido nato de cada respectivo termo, confere a um território a sua essência, ou a aura que o caracteriza, sua identidade. Os parques fluviais, além de constituírem uma estratégia de uso e proteção das margens de um curso d’água, podem representar um novo modelo de desenvolvimento territorial a favor da sustentabilidade e do respeito às identidades locais. Possuem a dimensão de um sistema espacial que tem nos cursos d’água os componentes primordiais do sistema configurado pelas bacias hidrográficas correspondentes. O rio Jundiá se qualifica como manancial propício para a implantação de parques fluviais devido às características que lhe são próprias. **Quanto seriam? E onde seriam?** São muitas as áreas propícias para a implantação de parques fluviais na bacia do rio Jundiá, conforme os mapas-síntese da tese. A rigor, é importante entender que, utopicamente, toda bacia hidrográfica deveria ser considerada um grande parque fluvial. Como isso não é possível, um dos objetivos da tese é propor o zoneamento de áreas propícias para a implantação de parques fluviais na bacia do rio Jundiá a fim de promover a sua gestão sustentável. **Na prática, no que implicariam para a região?** O binômio patrimônio-paisagem concebido como uma mola material de uma sociedade sobre seu ambiente adquire destaque e tem se convertido em instrumento de promoção econômica, sobretudo nas análises mais significativas dos projetos de Parques Fluviais em todo o mundo. Pode-se concluir que a gestão dos recursos territoriais visando seu ordenamento com foco nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural da água é um fator chave que atrai turismo, investimento, gera atividades e postos de trabalho, mas o principal é que reforça a autoestima da comunidade local. **Já existem parques fluviais em outras cidades? Onde?** Existem muitos Parques

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 78ª Reunião Ordinária da CT-RN - 13/09/2017- 9-13 h.

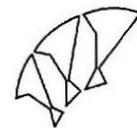
FJPO / Mata de Santa Genebra – Campinas/SP

Fluviais em todo mundo como o Cheonggyecheon em Seul, Coréia do Sul, e na tese são citados alguns que têm importância relevante como estudo de caso para o território da bacia do rio Jundiá, tais como: na Espanha, o Parque Fluvial do Llobregat, o Parque Fluvial del Besos e o Parque Fluvial Cardener; na Alemanha, o IBA Emscher Park (apenas para citar alguns dos mais importantes). Todos são considerados exemplos de sucesso e de melhoria de qualidade de vida da população, além de promoverem a preservação dos recursos hídricos. **Quais aspectos do território são considerados na sua pesquisa?** Um dos objetivos da tese é detectar as convergências e divergências entre o Plano da Bacia Hidrográfica do rio Jundiá e os Planos Diretores Municipais dos 11 municípios presentes na bacia, cujos territórios no todo ou em parte compõem a bacia do rio Jundiá. Há de se respeitar o universo de exigências e informações presentes nos planos de acordo com os órgãos que os regem (municípios e comitê de bacias), e detectar elementos de ordenamento territorial com potencial maior ou menor na hora de compor um parque fluvial, pois na sobreposição dos planos (de bacia e diretores) é possível encontrar essas áreas propícias. Cabe ainda caracterizar as dimensões econômica, social, ambiental e cultural da água, seu status de patrimônio da humanidade, a valoração que se lhe atribui e a conversão do patrimônio hídrico em recurso hídrico. **É evidente a importância do rio para a agricultura e indústria. E o que representa para os aspectos social e turístico?** O desenvolvimento sustentável deve promover uma boa articulação entre a gestão dos recursos hídricos com a gestão do patrimônio (ambiental e cultural) no âmbito de um determinado território; e o Parque Fluvial constitui-se como um instrumento capaz de fazer isso. Portanto, reconhecer o patrimônio no contexto da regulação do uso e ocupação do solo é essencial, como instrumento de planejamento visando o desenvolvimento territorial em áreas de intervenção muito diversas e capazes de articular os aspectos sociais e turísticos da bacia. **Como cada cidade que faz parte da bacia lida com o rio? Todas estão indo no mesmo caminho ou ainda há muitas divergências?** As divergências entre as cidades não são significativas. A região da bacia do rio Jundiá apresenta uma intensa urbanização e industrialização e há sobreposição com áreas de conservação que se integram (APA Jundiá, APA Cabriúva e APA Pedregulho em Itu) para a proteção da Serra do Japi, com alguns importantes remanescentes de mata nativa na sub-bacia do Rio Jundiá mirim, que é manancial de abastecimento do município de Jundiá. A bacia do rio Jundiá faz parte da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do estado de São Paulo (UGRHI-05) com gestão dos Comitês de Bacias PCJ e é uma sub-bacia do Rio Tietê, sendo

este, por sua vez, uma sub-bacia do rio Paraná. As bacias PCJ contam com 76 municípios e 5,2 milhões de habitantes. A bacia hidrográfica do rio Jundiá conta com 11 municípios e perto de um milhão e quatrocentos mil habitantes. Abriga um parque industrial muito forte, principalmente em Jundiá e Indaiatuba, mas conta também com uma agricultura razoável. Com um território muito ocupado por áreas urbanas, a bacia do rio Jundiá apresenta uma realidade complexa e diferente em cada um dos seus municípios, cuja compreensão requer uma análise cuidadosa sobre os respectivos planos (de bacia e diretores municipais) sobrepostos. A cidade de Jundiá é considerada uma referência em saneamento básico no estado de São Paulo e no Brasil. Uma população de 405.740 habitantes segundo o IBGE distribui-se sobre uma área territorial de 431.173 km² e na metade do século XX, descobriu sua vocação industrial. Jundiá coleta 98% do seu esgoto e trata 100% do esgoto coletado, com eficiência de remoção de 92% de carga orgânica tratada; o esgoto final é lançado no rio Jundiá. Graças à despoluição do rio no município de Jundiá (desde 1984) e, mais recentemente nos municípios de Várzea Paulista e Itupeva, um novo trecho do rio passou a ter melhor qualidade de água e tornou possível a captação de água bruta para o abastecimento de Indaiatuba pós-tratamento. As inaugurações das Estações de Tratamento de Esgoto de Itupeva e Várzea Paulista – pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), entre 2012 e 2014 – foram fundamentais para a melhoria na qualidade da água do rio Jundiá. Um rio que era altamente degradado, transformando-o em manancial de abastecimento público e beneficiando toda a Bacia do Rio Jundiá. Um rio como esse merece um Parque Fluvial depois dessa trajetória. **O rio – agora despoluído – será o principal manancial para cidades com Várzea Paulista e Itupeva, que não contam com grandes reservatórios?** Sim, o rio será importante para toda a bacia, todavia será principalmente importante para Indaiatuba que já está captando água para o abastecimento. **7. Palavra aberta (Item 4 de pauta):** o Coordenador João Demarchi fez um breve comentário sobre as dificuldades de avaliação dos empreendimentos no GT-Empreendimentos e que precisa haver maior interiorização destes projetos na CT-RN e maior preparo dos seus representantes, inclusive com a criação de um manual de procedimentos para que na avaliação possam ser feitas críticas e sugestões com maior profundidade e qualidade. Precisa haver uma visão além do próprio empreendimento. Comentou também sobre a confusão com o termo PCJ e as diversas instituições envolvidas, sendo criada uma campanha **Somos Todos PCJ** para o Fórum Mundial da Água. Enfatizou que precisa haver um fortalecimento dos consórcios e das inter-relações entre os municípios para melhor

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 78ª Reunião Ordinária da CT-RN - 13/09/2017- 9-13 h.

FJPO / Mata de Santa Genebra – Campinas/SP

discussão dos problemas relacionados com a gestão dos recursos hídricos. Comentou sobre a presença de alunos da PUC Campinas e das duas faculdades da UNICAMP, salientando a grande importância da universidade estar presente nas discussões dentro das câmaras técnicas dos Comitês PCJ. Sobre a palestra foram feitos alguns questionamentos, incluindo: Cristiano (FJPO) que perguntou por que criar uma nova tipologia já que o SNUC já teria uma complexidade suficiente. O proposto seria similar aos Corredores Ecológicos, Mosaicos ou Parques Lineares. A Profa. Respondeu que a nomenclatura se justifica em função de incluir maior participação da sociedade num contexto integral da região e não apenas das UC's, O Dr. Rodrigo (GAEMA Campinas) comentou que esta ferramenta poderia ser um instrumento de tomada de decisão, já que os municípios não conversam entre si para um melhor planejamento regional. Essa sobreposição ou visão mais global pode ajudar nas análises do GT-Empreendimentos. Sugeriu que o Eduardo Léo (Agência de Bacias PCJ) seja contatado para incluir essa sobreposição no SSD; A Ana Carolina (DAE Jundiá) perguntou como essa ferramenta poderia ser transformada em Política Pública. Incluir na discussão dos municípios, Estado e União. Deveria ser utilizado também em conglomerados urbanos, em leis de incentivo e certificação de origem. É uma visão de Bacia muito interessante e importante. A Profa. Mariana (UNICAMP) comentou que os Planos Diretores são coisas novas e que a proposta é integradora e não segmentadora. O Sr. Paulo Mancuso (P.M. de Hortolândia) perguntou se neste tipo de projeto não leva a sério também a fauna e que se o CAR (urbano e rural) não trava o processo? Perguntou também sobre o Banco de Áreas da SMA / CBRN. O Sr. Antônio Carlos Bordignon (CETESB) afirmou que os pontos de captação dos municípios deveriam ser prioritários neste tipo de projeto e uma maior integração com os recursos hídricos; A Profa. Simone (PUC Campinas) disse que deveria haver monitoramento da qualidade da água já que os parques podem ser um excelente meio de reabilitação das áreas e da água. O Sr. Cristiano (FJPO) no final dos comentários sobre a palestra fez uma pequena apresentação sobre a Mata de Santa Genebra e das visitas de técnicos, famílias, visitas noturnas e dos problemas com as áreas de borda da UC, além do relacionamento com as duas APAS de Campinas e das discussões para elaboração dos Planos de Manejo. Quanto à criação do GT- Rede de Áreas Protegidas fez um pequeno histórico do interesse neste GT, da realização dos dois seminários (2014 e 2016) e do interesse de realizar o III seminário em 2018, na necessidade de criação de uma rede de gestores com os Comitês PCJ, da criação de corredores ecológicos, como vem sendo tentado pela Prefeitura

Municipal de Campinas através da Secretaria do Verde (RECONNECTA / INTERACT-Bio ICLEI). O coordenador João Demarchi comentou sobre o interesse do Prefeito de Nova Odessa, Bill, que atualmente preside o Consimares e o Consórcio PCJ, em investir na despoluição do Ribeirão Quilombo e que a proposta da Profa. Luci poderia ser testada nas tratativas de gestão desta bacia em função da sua complexidade. **8. Encerramento (item 5 da pauta):** Antes do encerramento o coordenador João Demarchi justificou a ausência do palestrante Daniel Raiomondo e Silva, gestor do Parque Estadual Jaraguá, que por motivos de trabalho, não pode estar presente, mas se comprometeu a fazer a palestra sobre Biodiversidade no Município de São Paulo em outra oportunidade. Nada mais havendo a tratar, a Sr. João Demarchi (IZ/APTA/SAA) agradeceu a presença de todos, em especial a palestrante, e que acredita ter sido uma boa proposta a ser aprofundada nas próximas reuniões, dando em seguida (12 h) por encerrada a reunião desejando boa caminhada a todos. **9. Visita Técnica na ARIE Mata de Santa Genebra – Cristiano Krepsky (item 6 da pauta):** Os membros presente interessados fizeram uma caminhada de aproximadamente 40 minutos em parte da ARIE Mata de Santa Genebra para conhecer alguns pontos de interesse, como o Borboletário. **10. Criação do GT-Rede de Áreas Protegidas (item 7 da pauta):** No período da tarde foi criado e realizada a primeira reunião do Grupo de Trabalho intitulado "GT- Rede de Áreas Protegidas".

João José Assunção de Abreu Demarchi
Coordenador da CT-RN

Henrique Bellinaso
Coordenador-adjunto da CT-RN

Claudia Grabher
Secretária da CT-RN